

LINGUAGEM, IDEOLOGIA E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA SOCIEDADE

Artarxerxes Tiago Tácito Modesto (FALS)

RESUMO: Neste artigo discutimos os fundamentos da ideologia segundo CHAUI e sintetizamos os pensamentos de BAGNO sobre o preconceito lingüístico nos diversos setores da sociedade. Pretende-se chegar a uma crítica direta à forma como a gramática tradicional é vista, propondo-se ao final uma revisão de sua literatura e aplicação.

PALAVRAS-CHAVE: ideologia, preconceito lingüístico, linguagem.

ABSTRACT: This paper discusses the fundaments of Ideology according to CHAUI and we summarize the thoughts of BAGNO on linguistic prejudice in various sectors of society. We intend to get a direct critic the way the traditional grammar is seen, offering at the end a review of literature and its application.

KEYWORDS: ideology, linguistic prejudice, language.

1. IDEOLOGIA: PODER E SUBMISSÃO

Falar sobre ideologia não é uma tarefa muito fácil, principalmente por ser um termo de significado tão profundo em sua interpretação, e envolver uma maneira de perceber a história do homem fora da história tradicional aprendida no ensino escolar tradicional.¹

Não é simples o trabalho de desvelamento do real, pois a ideologia penetra em setores insuspeitáveis: na educação familiar e escolar, nos meios de comunicação de massa, nos hospitais psiquiátricos, nas prisões, nas indústrias, impedindo de todas as formas a flexibilidade entre o pensar e o agir, determinando a repetições de fórmulas prontas e acabadas. Por outro lado, é exatamente nesses mesmos espaços em que é veiculada a ideologia que se inicia o processo de conscientização.

É sabido que existem diversas definições de ideologia, mas para este trabalho que aqui se apresenta, serão utilizados os conceitos de Marilena Chauí, cujas definições vão ao encontro da noção de dominação e poder explicitamente ligados à questão da linguagem aqui estudada.

¹ cf. <http://www.rpamazonida.hpg.ig.com.br/ideologia.htm>

Entende-se então, aqui, a ideologia como “um mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação. Por intermédio dela, tomamos o falso por verdadeiro, o injusto por justo”².

Ora, o fundamento deste mascaramento está intimamente ligado às relações que se estabelecem entre as classes de indivíduos que compõem uma sociedade. Todas as idéias da classe dominante, aquela que possui o prestígio e o poder político e econômico em uma sociedade são tomados como base, como modelos a serem seguidos e copiados pela classe dominada; mesmo que essas idéias estejam fora da realidade da classe dominada. As idéias da classe dominante são tidas como um modelo perfeito a ser imitado, a ser seguido, e quem estiver fora desse modelo, está fora do círculo social a que supostamente pertence.

As relações entre dominação e poder em uma sociedade estão indissociadas da própria vida em sociedade. É natural ao homem que haja uma organização hierárquica, onde apareça naturalmente uma classe que sirva como instrumento regulador da conduta social.

É interessante observar que a ideologia não é concebida como uma *mentira* que os indivíduos da classe dominante inventam para subjugar a classe dominada. Também os que se beneficiam dos privilégios sofrem a influência da ideologia, o que lhes permite exercer como *natural* sua dominação, aceitando como universais os valores específicos de sua classe.

Portanto, a ideologia se caracteriza pela *naturalização*, na medida em que são consideradas naturais as situações que na verdade são produtos da ação humana e que, portanto, são *históricas* e não naturais: por exemplo, dizer que a divisão da sociedade em ricos e pobres faz parte da natureza; ou que é natural que uns mandem e outros obedeçam.³

Mas o que percebemos em algumas sociedades como a nossa é a constituição de um poder intransigente e opressor, cujo modelo exerce uma considerável pressão sobre a classe dominada. O modelo que a ela pertence é tido e apresentado como padrão e perfeito, e que deve ser seguido pelos demais, sem questionamento e sem exceções. É a chamada cama de “*Procurto*” a serviço da ignorância e da atividade opressora em nossa sociedade; tudo isso envolto em uma máscara que se intitula *Democracia*, onde o poder é garantido por uma instituição chamada *eleição*, que

² Marilena CHAUI, *O que é ideologia*, contracapa

³ cf.. http://www.artdesign.hpg.ig.com.br/vti_bin/shtml.exe/paginas/filosofia/ideo07.htm/map

obriga a sociedade a fazer *escolhas* baseadas em discursos fabricados a partir de modelos bem sucedidos no passado e atualizados de acordo com as circunstâncias.

O poder é assegurado pela bandeira utópica da *representação* popular, e por uma constituição *emendada* e *reemendada*, que já há tempos demonstra desatualização, sinais de desgaste e que já passou da hora de mudar de roupa.

Não se defende aqui uma extinção da Democracia, visto que esta é sem dúvida dos maiores bens já conquistados pela humanidade; por outro lado, o que se expõem aqui são os usos arbitrários que os homens em sociedade fazem dela.

As ações dos indivíduos de uma sociedade devem, portanto, segundo a ideologia da classe dominante, estar de acordo com as suas idéias, com seu modelo de pensar. “Assim sendo, quando as ações humanas – individuais e sociais- contradisserem as idéias [dessa classe dominadora], serão tidas como desordem, caos, anormalidade e perigo para a sociedade global...”⁴

Embora a sociedade reconheça seu estado de dominação em relação à classe dominadora⁵, ela acata essas idéias como próprias, e aceita as imposições instituídas para estabelecer a *ordem*. A idéia de ordem se apresenta declaradamente no símbolo maior de nossa sociedade: a bandeira nacional: “Ordem e Progresso”. Esse é o lema do Positivismo, proposto por Augusto Comte em seu *Cours de Philosophie Positive*. Segundo Comte, só há progresso onde houver *ordem*, e só haverá *ordem* onde a prática estiver subordinada à teoria, isto é, ao conhecimento científico da realidade.⁶

Segundo Chauí, “se examinarmos o significado final dessas conseqüências, perceberemos que nelas se acha implícito a afirmação de que o poder pertence a quem possui o saber. Por este motivo, o positivismo declara que uma sociedade ordenada e progressista deve ser dirigida pelos que possuem o espírito científico, de sorte que a política é um direito dos sábios, e sua aplicação, uma tarefa de técnicos ou administradores competentes.”⁷

⁴ Marilena Chauí, *Idem*, p.28

⁵ *Classe dominadora* e *Classe dominante*, aquela classe que detém o poder político e econômico.

⁶ *Ibidem*, p.28

⁷ *Ibidem*, p.28

É essa a ideologia que outorga poderes a alguns homens que se consideram heróis dispostos a salvar a sociedade de um iminente caos social que a qualquer momento pode se abater sobre a ela e tirar a paz nacional.

Essas idéias possuem um discurso que revela um ideal escravocrata, onde há um domínio inerente do suposto saber sobre uma suposta ignorância. Delega autoridade e saber único àqueles que dominam, e deixam à margem todo e qualquer saber que esteja fora desse *círculo concêntrico de poder*.

Ora, podemos, aqui, distinguir claramente uma antítese, uma incoerência entre a ideologia positivista adotada e o conceito de democracia. Ora se o positivismo exige que uma sociedade ordenada e progressista deve ser dirigida pelos que possuem o espírito científico, que a política é um direito dos sábios, e que uma tarefa de técnicos ou administradores competentes e a democracia concede ao povo o direito de escolher seus representantes, deve-se questionar seriamente as definições do que seria o *espírito científico, sábio* ou *técnicos e administradores competentes* e quem estabelece essas definições e conceitos.

Se o poder deve ser concedido a esses supostos sábios, e se o povo não detém essa *sabedoria* quase sobre-humana desses deuses do poder, como então estaria ele (o povo) apto a escolher seus representantes? É aí que entra a massificação midiática, onde as formações discursivas que geram as formações ideológicas são transmitidas ao povo através de programas de rádio, televisão, revistas e outros, seja por meio direto (propagandas e programas declaradamente políticos) ou por meio indireto, através de programas e propagandas não declaradas (Ex.: a grande influência das redes televisivas sobre a opinião pública, já discutidas e estudadas por diversos cientistas).

Apesar de toda essa manipulação, “a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos. Ora, a partir do momento em que a relação do indivíduo com sua classe é a de submissão a condições de vida e trabalho pré-fixadas, essa submissão faz com que cada indivíduo

não possa reconhecer-se como fazedor de sua própria classe. Ou seja, os indivíduos não podem perceber que a realidade da classe decorre da atividade de seus membros.”⁸

Há uma acomodação involuntária dos indivíduos, uma aceitação inconsciente das regras, como se estas fossem leis irrevogáveis e condições essenciais para sua conduta. O indivíduo não se vê como *fazedor* de sua própria classe, mas aceita sua condição de submissão como se esta já estivesse pronta e acabada, bastando seguir o *destino* que a mesma lhe impõe. Há uma inversão da realidade, uma contrariedade, pois a classe se faz pela atividade de seus membros, e não o inverso.

A classe é, portanto, segundo essa linha de raciocínio, uma coisa estática e imutável, um lugar de viver, um produto já pronto e acabado, que deve ser consumido sem que se questione a procedência e a composição do mesmo.

Essa ideologia faz com que os indivíduos aceitem sua condição de submissão como algo natural, faz com que creiam que são desiguais por natureza, como nos diz Chauí: “A ideologia burguesa, através de seus *intelectuais*, irá produzir idéias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos, empobrecem.”⁹

E segue:

“Ou, então, faz com que creiam que são desiguais por natureza, mas que a vida social, permitindo a todos o direito de trabalhar, lhes dá iguais chances de melhorar – ocultando, assim, que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas chances de melhorar não dependem deles, mas de quem possui os meios e as condições de trabalho. Ou ainda, faz com que os homens creiam que são desiguais por natureza e pelas condições sociais, mas que são iguais perante a lei e perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento dos dominantes.”¹⁰

⁸ Ibidem, p.78

⁹ Ibidem, p.79

¹⁰ Ibidem, p.79

Temos, então, nas palavras de Chauí transcritas acima, o resumo de falsas idéias (ideologias, portanto) que assombram nossa sociedade, e que fazem de nosso sistema um dos mais expressivos meios de opressão que já existiu, visto que o *inimigo* aqui está encoberto pela máscara de uma aparente normalidade, não podendo ser removido facilmente.

É em meio a esse sistema de dominação e poder, que revoga toda e qualquer indagação, que nascem os preconceitos, que se estendem por diversas linhas ideológicas: preconceitos raciais, religiosos, culturais entre outros. E é nessa linha de raciocínio que nasce o preconceito lingüístico, tema desta pesquisa.

Apesar de a ideologia apresentar como um elemento tão nocivo à sociedade, segundo Chauí, é quase impossível destruí-la ou desfragmentá-la.

“A peculiaridade da ideologia é que a transforma numa força quase impossível de remover decorre dos seguintes aspectos: 1) o que torna a ideologia possível, isto é, a suposição de idéias existem em si e por si mesmas desde a eternidade, é a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, ou seja, a separação entre trabalhadores e pensadores. 2) o que torna objetivamente possível a ideologia é o fenômeno de alienação, isto é, o fato de que, no plano da experiência vivida e imediata, as condições reais de existência social dos homens não lhes apareçam como produzidas por eles, mas, ao contrário, eles se percebem produzidos por tais condições (...) (deuses, Natureza, Estado, Razão, destino, etc.)...”¹¹

O indivíduo interioriza a idéia de que como trabalhador, deve seguir as forças da natureza, *produzir para viver*, deixando a tarefa sublime de pensar a cargo daqueles que possuem o dom. Como trabalhador, interioriza a idéia de *não pensar, não saber pensar*, e aqueles que *pensam*, não trabalham, vivem de sua ação quase espiritual de pensar.

Esse primeiro fator acarreta o segundo fator, que é o que Chauí considera ser a alienação: o indivíduo se sente impelido por forças ignoradas ou imaginárias (Natureza, deuses, destinos, etc.) e acomoda-se à sua posição de inferioridade. A verdade se reflete como num espelho, numa inversão da realidade, e os indivíduos, longe do pensar, longe do fato histórico real, ficam presos

¹¹ Ibidem, p.86

a uma falsa imagem do real que lhes oprime, e ao mesmo tempo lhes deixam uma impressão de normalidade.

Dando continuidade ao pensamento de Chauí, veremos agora os dois aspectos finais que dificultam o desmacaramento da ideologia: “3) o que torna possível a ideologia é a luta de classes, a dominação de uma classe sobre as outras. (...) a ideologia nasce para fazer com que os homens criem que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (o Estado, os deuses, etc.) que existem por si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. 4) como tais idéias [as da classe dominante] não exprimem a realidade real, mas representam a aparência social, as imagens das coisas e dos homens, é possível passar a considerá-las como independentes da realidade e, mais do que isso, inverter a relação fazendo com que a realidade concreta seja tida como a realização dessas idéias.”¹²

A ideologia se configura, desta forma, como uma verdadeira arma de opressão e repressão, que impõe uma vontade *superior* que não corresponde nem de longe à realidade social, histórica e econômica da sociedade, fazendo com que isso pareça algo natural, preciso e necessário, algo que surge para garantir a harmonia da vida em sociedade.

Isso acontece (pela inversão da realidade histórica) naturalmente, e vem embutido no momento de nossa formação enquanto ser social, que vai desde o nosso desenvolvimento no seio familiar, dentro do sistema escolar (que sempre foi um dos maiores propagadores das idéias dominantes) e conseqüentemente de nossa vida em sociedade.

As idéias que cercam a nossa classe social são sorvidas junto ao leite materno e absorvidas enquanto nos orientamos na sociedade. Valores, conceitos e crenças são transmitidas de maneira tão natural que o domínio de uma classe sobre as outras se mostra como um mecanismo perfeitamente normal.

Sendo assim, “numa formação social, temos dois níveis de realidade: um de essência e um de aparência, ou seja, um profundo e um superficial, um não visível e um fenomênico.”¹³

O nível da aparência é o nível da inversão da realidade, onde a dominação (inclusive a lingüística) se justifica e é socialmente legitimada: toda a estrutura social parece-nos justificada e

¹² Ibidem, p.87

¹³ José Luiz FIORIN, *Linguagem e Ideologia*, p.26

natural. O nível da essência é o nível da verdadeira noção do real: neste nível é possível percebermos o lado real e cruel da dominação.

Dessa forma, “...a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das idéias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, daí por diante, um sistema de idéias condenadas a desconhecer sua relação real com o real.”¹⁴

2. LINGUAGEM E IDEOLOGIA: PODER E OPRESSÃO

A ideologia, como vimos anteriormente, é a forma de que o homem se utiliza para compor o quadro de dominação de uma sociedade. Muitas vezes, linguagem e ideologia se fundem de tal maneira, que é aparentemente impossível dissociar uma da outra. Há quem diga que a linguagem é a principal arma pela qual a ideologia se constitui. É através dela (da linguagem) que a classe dominante impõe o seu domínio, elevando à categoria de *superior* e *única* seu modo de falar e de se expressar, subjugando toda e qualquer contrariedade ou diferença. As variações regionais ou formas de expressão que se restringem a uma determinada comunidade são tidas como *erradas*, *língua de jacu* e *estropiadas*. A norma *culta*, geralmente confundida com língua-padrão ou fala culta representa um ideal imaginário de uma língua platônica, que somente existe na língua utópica dos normativistas.

O estudo da ideologia da linguagem geralmente expõe uma série de mitos e preconceitos que fazem parte do ideário geral da sociedade, e desmascaram o que há de mais terrífico em termos de opressão social e psicológica. É certo que a luta entre classes e a conseqüente dominação de uma classe sobre a outra é fator próprio do ser humano, como já foi dito anteriormente. Mas o respeito pela diversidade de classes já há muito foi posto de lado em nossa sociedade. E esse desrespeito pelas classes estigmatizadas atinge, invariavelmente, a língua falada por essa classe estigmatizada.

¹⁴ Marilena CHAUI, *Idem*, p.25

Mesmo havendo o domínio de uma variante lingüística sobre as outras, seria eminentemente necessário haver respeito e uma co-existência pacífica entre as diversas formas variáveis.

Percebemos que a ideologia concede à classe dominante o *status*, a posição de *falante-padrão, modelo a ser imitado*, o que na realidade, está fora de qualquer definição científica que se faz de *falante-culto* (visto que não existe um *falante-padrão*, mas *falantes de uma variedade considerada padrão neste momento da enunciação – momento sincrônico*).

Ao aceitarmos a idéia de que a ideologia está intimamente ligada às questões de exploração e dominação da sociedade, segundo a qual aceitamos a inversão da realidade histórica (o falso por verdadeiro, o injusto por justo, etc.), estamos concedendo uma liminar à classe dominante para que esta imponha sobre nós seu poderio lingüístico.

Há, porém, um forte desejo de se falar *a língua correta*, a língua *padrão*, a língua da classe dominante, que obtém o prestígio social. O motivo desse desejo pode ser explicado à luz dos mitos que preconizam o preconceito lingüístico, tópico que será estudado adiante. Convém ressaltar que esses problemas não são exclusivamente nossos, mas também ocorrem em outras sociedades, como por exemplo, na França. Os franceses pregam o *bon usage* da língua, o Francês puro. Felizmente ações de lingüistas e filólogos estão também lá colocando em discussão os problemas sociais que esse *bon usage* acarreta.

A linguagem se torna instrumento de opressão social quando se funde à ideologia normativista da Gramática Tradicional (doravante GT). Não é contra a *GT* nem pela sua destruição a que se destina este trabalho, mas sim contra os usos que se fizeram (ainda se fazem, hoje mais do que nunca) dela.

Como veremos adiante, a *GT* apresentou, nos primórdios de sua existência, uma profunda colaboração para a ciência da linguagem. Foi uma primeira tentativa de se estudar a língua, de extrair dela sua essência, sua vitalidade. Concordamos com Bagno que afirma: “a Gramática Tradicional, não cabem dúvidas, é um patrimônio cultural do Ocidente, um monumento inestimável de saberes acumulados ao longo de mais de dois milênios, um repositórios das

reflexões, investigações e especulações filosóficas acerca da linguagem feitas por alguns dos mais brilhantes pensadores da história da humanidade”¹⁵

Sendo assim, paga-se aqui o tributo que se deve à *GT* e às suas contribuições para os estudos lingüísticos e filológicos. Foi através da *GT* que chegamos ao conhecimento e ao nível científico que hoje se estabelece no campo dos estudos da língua.

“... escolhendo estudar apenas a língua *escrita*, e ainda assim, escrita apenas pelos *grandes escritores*, a Gramática Tradicional deixou de fora todo o universo da língua *falada*, que é a língua primeira, primária, primordial, e também todos os demais usos da língua escrita, usos práticos, corriqueiros, diários que não buscam atingir uma perfeição artística.”¹⁶

A *GT* se configurou como uma tentativa de estabelecer uma padronização através da língua utilizada pelos escritores clássicos (há cerca de dois mil anos atrás, diga-se de passagem), sendo assim muito útil *naquele tempo*. Devemos deitar nossas forças contra “os usos e abusos perpetrados por aqueles que, arrancando a Gramática Tradicional do lugar que legitimamente o é – o da reflexão filosófica, o de ferramenta de investigação dos processos cognitivos que permitem ao ser humano fazer uso da linguagem -, impuseram-lhe o papel de doutrina canônica, de conjunto de dogmas irrefutáveis, de verdades eternas.”¹⁷

Aceitar a *GT* como fonte única para estudos da língua é se recusar a aceitar todas as investigações, inovações científicas e descobertas que se fizeram nos últimos dois mil anos não só no campo da linguagem, mas também no campo das outras ciências. É como não aceitar, por exemplo, a clonagem de espécies, mesmo que a ovelha *Dolly* mostre e comprove o feito. Ou não acreditar na eficácia e simplicidade das operações a laser, apegando-se somente ao bisturi e aos cortes profundos, como se estes fossem as únicas formas dignas de se operar um enfermo...

“O que se verifica é que mesmo os falantes cultos, aquelas pessoas que têm acesso às regras padronizadas, inculcadas no processo de escolarização, se mostram muito inseguras no momento de usar essas regras conservadoras.”¹⁸ Regras essas que “ainda obriga[m] os alunos a decorar as formas verbais correspondentes ao pronome *vós*; que ainda apresenta mesóclise como

¹⁵ Marcos BAGNO, *Dramática da Língua Portuguesa*, p.16

¹⁶ Idem, *Nossa Língua vai mal?*

¹⁷ Idem, *Dramática da Língua Portuguesa*, p.17

¹⁸ Marcos BAGNO, “*Erro de português não existe...*”, p.3

opção possível para a colocação pronominal; que obriga a decorar regências verbais que não correspondem à gramática do português brasileiro (assistir ‘ao filme’); que não admite a função de sujeito para o pronome *se* (e o verbo no singular em construções do tipo ‘aluga-se salas’; que condena a ‘mistura de tratamento’ sem reconhecer que todo o quadro pronominal do português do Brasil já se transformou há muito tempo...”¹⁹

Os usos abusivos que se fazem da *GT* vêm através de gramáticos normativistas, puristas, e principalmente de pessoas sem formação lingüística adequada, isentas de qualquer conhecimento científico (geralmente jornalistas, advogados, etc.), que se julgam aptos para julgar a língua de outrem baseados em concepções subjetivas e preconceituosas que têm em relação à língua.

Essas idéias preconceituosas têm origem nas Gramáticas Normativas, que ignoram os estudos e pesquisas científicas realizadas nas maiores universidades do país e ditam regras muitas vezes obsoletas ou *fora de contexto* que servem apenas para intensificar os mitos que configuram o preconceito lingüístico, como [Português é muito Difícil].²⁰

Marcos Bagno ataca o que ele chama de *Comandos Paragramaticais*, que são livros de *auto-ajuda* lingüística, como manuais de sobrevivência lingüística, do tipo *Não erre Mais!* ou *Manual do Bem Falar*. Em sua tese de doutoramento, Bagno combate veemente esses instrumentos acientíficos e preconceituosos em relação à linguagem e suas variações.

O poder exercido pela ideologia da linguagem permite que indivíduos, muitas vezes inconscientemente, ou mesmo de má fé, profiram as maiores atrocidades contra as variedades lingüísticas. Como nos diz Bagno, “tudo o que escapa do domínio lingüístico delimitado pelas gramáticas normativas é ‘corruptela’, é ‘feio’, é ‘errado’. Não é ‘língua de gente’ ou, quando muito, é língua de seres humanos degradados, os párias da sociedade. Por isso Napoleão Mendes de Almeida fala de ‘língua de cozinheiras’ ou de ‘infelizes caipiras’, Luiz Antônio Sacconi condena a ‘língua de jacu’, ou ‘asnos’, enquanto Eduardo Martins a atribui a “índios”.”²¹

Como se pode perceber, muitos são os que consideram as variedades lingüísticas como sub-línguas, assim como a classe dominante considera as classes dominadas sub-classes.

¹⁹ Ibidem, p.3

²⁰ Não se incluem, aqui, como já foi dito em momento anterior, os trabalhos normativistas de gramáticos sérios e pesquisadores da língua, que estão em constante sintonia com as inovações e descobertas lingüísticas.

²¹ Idem, *Dramática da língua portuguesa*, p.31

Pessoas que dizem disparates como os revelados acima se revelam puristas intransigentes e se consideram detentores do poder, da verdade e da razão, enquanto *xingam* explicitamente aqueles que se opõem à dominação, ou seja, aqueles que não usam a variedade considerada culta. Estão à margem dos avanços dos estudos da linguagem, tentando (em vão) *preservar* a língua do *colonizador*, impedindo nossa total independência em relação a Portugal. “Grande parte dessa discussão, entretanto, aparece enredada de exacerbado orgulho nacionalista, sem que se dê a devida atenção a possíveis diferenças estritamente lingüísticas que poderiam estar diferenciando os dois sistemas: o português e o brasileiro”.²² O grande problema é que “o perfil de nossa gramática brasileira (no sentido de gramática normativa) tem sido ditado pela tradição portuguesa e só esse fato torna o vácuo entre a língua oral e escrita muito mais profundo no Brasil do que em Portugal”²³. Sendo assim, as variações que ocorrem nos diversos níveis da linguagem no Português do Brasil são consideradas “não-línguas”, fato intimamente ligado à dualidade “Metrópole-Colônia”

Esse tipo de problema está intimamente ligado à questão da noção (esta sim errônea) de erro de português. Erro de português, segundo alguns lingüistas, simplesmente não existe. O que existem são desvios da ortografia oficial, que não passa de um conjunto de vocábulos cuja forma foi (e ainda é) regulamentada por filólogos, que, muitas vezes, levam em consideração o aspecto subjetivo (ou seja, suas próprias vontades) para formularem as regras. Por isso, diferentemente da língua natural, a ortografia é, via de regra, artificial.

“Para curar essa paranóia [grafocêntrica] seria fundamental que os professores se conscientizassem de que saber ortografia não tem nada a ver com saber a língua. São dois tipos diferentes de conhecimento, controlados, aliás, por partes distintas do cérebro.”²⁴

Saber a gramática de sua língua, natural e espontânea, é natural ao ser humano assim como saber andar, respirar, etc: aprende-se espontaneamente, no convívio familiar e com a sociedade em geral. A ortografia estaria entre as atividades complementares, adquiridas conscientemente, como nadar, praticar judô, balé, etc.

²² Fernando TARALLO, *Diagnosticando uma gramática brasileira*, in: ROBERTS, I. & KATO, M. *Português Brasileiro*, p.69

²³ *Ibidem*, 70

²⁴ Marcos BAGNO, *idem*, p.70

A gramática natural da língua é facilmente reconhecida pelo falante nativo. Nenhum falante nativo falaria, por exemplo: “João foi amanhã no escola.” Aqui teríamos um caso raro de *erro de português*. Já para um falante estrangeiro, seria possível essa realização lingüística, visto que ele *aprende* a língua, conscientemente.

Ainda com relação à ortografia, vejamos, por exemplo, a palavra *estrangeiro*. Eis aqui uma das muitas incoerências encontradas na ortografia do português. Temos *Estrangeiro*, e *Estranho* com ‘s’, vocábulos formados a partir do prefixo *extra*. E o adjetivo *extenso* e o substantivo *extensão*, ambos com ‘x’, cujo verbo é *estender*, com ‘s’.(?) Incoerências à parte, vamos escrever *umidade* e *úmido*, proveniente de *húmus*, sem esquecer que a forma *correta* pela ortografia é escrever *humo* e não *úmo*. Não há porque estranhar, então, que muitas pessoas se confundam na hora de escrever.²⁵

Portanto, de acordo com o pensamento de Bagno, “a noção de ‘erro de português’, tão impregnada em nossa cultura não tem o menor fundamento científico. Ela é puro folclore, uma crendice que, examinada à luz da ciência, perde toda a razão de ser. Tudo o que se chama tradicionalmente de ‘erro’ é, na verdade, um fenômeno de variação e/ou mudança lingüística perfeitamente explicável do ponto de vista científico.”²⁶ O que há, portanto, é o “erro de grafia”, ou “erro de ortografia”, que muitas vezes acontece por serem suas regras arbitrárias.

O mito de que é preciso saber gramática para se escrever bem está presente no senso comum da maioria das pessoas em nossa sociedade. O cerne do problema está, talvez, no modelo de ensino empregado (e pregado) nas escolas: a língua portuguesa é confundida com gramática normativa padrão, sendo ignorado e tido como feio e errado tudo o que seja diferente do que está na doutrina gramatical.

A gramática normativa padrão é uma consequência em última instância da língua, e não seu princípio. O ensino da gramática normativa padrão nas escolas deveria ser um fim, e não um princípio para o ensino. Marcos Bagno afirma: “(...) [Esse mito] pareceria facilmente desmontável, para tanto inverter seus termos: ‘É preciso falar e escrever bem para saber gramática’.! Afinal, o estudo da gramática, ao menos tal como se vem fazendo na nossa tradição

²⁵ Os exemplos foram extraídos do livro “Dramática da Língua Portuguesa”, p.71

²⁶ Marcos BAGNO, *Erro de Português não existe...*, p.3

pedagógica, só pode ser empreendido por alguém que já tenha um domínio razoável da norma-padrão. Por isso, sou da opinião de que o ensino da gramática deva ser o ponto de chegada da prática pedagógica e não seu ponto de partida.”²⁷

Assim, ao invés de REpetir fórmulas antigas e muitas vezes sem nenhum teor prático, deveria o ensino partir do REfletir sobre a língua portuguesa e sua gramática, para que o educando pudesse ver a gramática normativa de sua língua como um instrumento de apoio para que possa ser usado em situações específicas e não como uma única e imutável variedade indiscutivelmente superior às demais. Principalmente porque:

“... as primeiras gramáticas do Ocidente, as gregas, só foram elaboradas no século II a.C., mas (...) muito antes disso já existira na Grécia uma literatura ampla e diversificada, que exerce influência até hoje em toda a cultura ocidental. A *Ilíada* e a *Odisséia* já eram conhecidas no século VI a.C. Platão escreveu seus fascinantes Diálogos entre os séculos V e VI a.C., na mesma época do grande dramaturgo Ésquilo, verdadeiro criador da tragédia grega. Que gramática eles consultaram? Nenhuma. Como puderam então escrever e falar tão bem a sua língua?”²⁸

Vale novamente, última instância ressaltar que o que se discute aqui não é a extinção da Gramática Normativa Padrão, mas sim de uma maior flexibilidade dessas normas, de forma que esta acompanhe as descobertas da ciência lingüística, que dê abertura para as mudanças e variações lingüísticas que decorrem da vida em sociedade. Deve-se ter em mente que essa Gramática não deve funcionar como uma camisa de força para a fala, mas como um modelo flexível que descreva as normas cultas (sim, no plural, porque não se pode falar de norma, no singular, visto que cada região possui uma norma própria) e não imponha uma variedade utópica sobre todos os indivíduos de nossa sociedade. Celso Cunha nos diz: “É evidente, é intuitivo que esta situação deriva de preconceitos falazes, de não distinguirem eles, com a necessária nitidez, o caráter abstrato da língua como sistema da forma concreta que ela reveste na fala, a estrutura lingüística do ato lingüístico; de condicionarem, enfim, a seleção dos meios expressivos a duvidosos conceitos de certo e errado, de puro e impuro.”²⁹

²⁷ Idem, *Dramática da língua portuguesa*, p.83

²⁸ Idem, *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*, p. 65

²⁹ Celso CUNHA, *Uma política do idioma*, p.24

Muitos baseados nessas Gramáticas Normativas, dizem aos quatro ventos que a língua do brasileiro vai mal. Mas ao aprofundarmos nossa visão quanto aos estudos da língua falada (e escrita também) no Brasil, veremos que o que vai mal é a própria Gramática, repleta de incoerências e regras obsoletas (como a colocação pronominal, por exemplo) que faz a *língua* parecer tão difícil.

As línguas se modificam, se alteram, se fundem, se auto-regulam. A regra de ouro da lingüística nos afirma que *só existem línguas se houver seres humanos que a falem*. Ora, se nós, brasileiros, não estamos falando a língua exigida pelas Gramáticas Normativas, significa que essa língua exigida pelas Gramáticas Normativas simplesmente não existe. É apenas um instrumento de exclusão e opressão social.

A Gramática Normativa é apenas uma das inúmeras variedades de língua portuguesa existente, e está ultrapassada, pois ninguém a usa, nem mesmo os escritores de hoje. Bagno nos diz que “...a língua segue seu rumo, sua evolução natural, como todas as demais instituições e manifestações da cultura e da civilização. E para haver evolução, tem que haver transformação, mudança. Gostem os gramáticos ou não.”³⁰

Diante de todo esse complexo quadro ideológico que se constitui através do preconceito lingüístico e suas armas de opressão e repressão, cabe aqui discorrer um pouco sobre o papel da escola e do professor de Língua Portuguesa.

Quanto à escola, esta deve ser um local de contínua reflexão, onde a pesquisa e o conhecimento caminhem numa só direção, em busca do constante desenvolvimento humano, social e científico. A gramática deve, sim, ser ensinada nas escolas. Mas uma gramática ativa, viva, uma gramática que seja *reconhecida*, e não simplesmente *aprendida*. A norma dita *padrão* deve ser ensinada, sim, mas de uma forma ética, sem que termos isentos de significado prático para a vida do educando sejam apresentados de forma fria e estática para o aluno. A gramática deve, outrossim, fazer sentido para ele. O educando, tendo sua variedade lingüística respeitada, reconhecida como uma das inúmeras possibilidades da língua, livre de julgamentos de valor como *mais feia* ou *mais bonita*, sente-se livre para se desenvolver tanto intelectualmente – irá se expressar mais – quanto socialmente – se sentindo parte operante de sua classe social.

³⁰ Marcos BAGNO, *Nossa Língua Vai Mal?*, p. 03

É por isso que Bagno afirma: "... a escola deve ensinar, sim, a chamada *norma padrão*, mas não deve fazer isso desprezando, denegrindo, rebaixando as outras normas que existem na língua."³¹ A escola, juntamente com a apresentação da norma padrão, deve fazer uma referência geral às inúmeras variedades que compõem o sistema lingüístico brasileiro, oferecendo ao aluno a oportunidade de conhecer diversas variedades (rural, urbana, literária, comum, etc.). Uma disciplina que poderia caminhar em conjunto com a de Língua Portuguesa poderia ser a *Educação Lingüística*³², cuja tarefa seria desmascarar os preconceitos existentes em nossa sociedade e promover o verdadeiro conhecimento das variedades lingüísticas brasileiras, trazendo a realidade lingüística da nação para dentro da sala de aula em discussões, debates, mesas-redondas, simulações de julgamentos, etc.

Já ao professor caberia a função de fazer com que o aluno reconheça a pluralidade e a heterogeneidade de sua língua (que é comum a todas as línguas), explicitando, sim, a norma padrão, mas deixando claro a posição de igualdade desta em relação às outras. "Aliás, a chamada norma padrão é extremamente minoritária, é empregada por um número muito reduzido de pessoas. As outras variedades, as variedades não padrão, é que são, realmente, empregadas pela maior parte de nosso povo."³³

A tarefa do professor, segundo Bagno, "será justamente elevar a auto-estima lingüística do futuro cidadão, mostrar a ele que ele *já sabe português desde o berço*, e que sua língua materna é tão valiosa quanto a língua que ele vai aprender na escola."³⁴

Não cabe dizer aqui, porém, que a Gramática Normativa Padrão não deva ser ensinada nas escolas. Mas esta seria um fim, um objetivo final a ser alcançado, e não um meio, ou pior, um princípio. O ensino partiria do conhecimento lingüístico que o próprio aluno traz consigo. O conhecimento de sua gramática particular, a gramática da sua língua materna, que está internalizada, e que ele conhece como ninguém. A partir da valorização de sua variedade e do respeito para com as outras variedades existentes, o aluno partiria para a aprendizagem (consciente, mecânica, matemática, lógica, portanto) da Gramática Normativa Padrão, que é

³¹ Ibidem, p.04

³² A Educação Lingüística proposta aqui, não se refere ao mesmo modelo proposto por Evanildo Bechara em "Ensino da Gramática: Liberdade? Opressão?".

³³ Ibidem, p.04

³⁴ Ibidem, p.04

considerada como uma língua estrangeira para o aluno, assim como o inglês, o espanhol, o francês, etc. É apenas a aprendizagem de mais uma variedade de língua, diferente daquela que ele fala, mas relevante para seu convívio em sociedade. Convém, contudo, que mesmo essa Gramática Normativa deva ser revista, reanalisada e atualizada segundo o padrão dos falantes cultos brasileiros, à luz do conhecimento de especialistas em linguagem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que devem funcionar como um paradigma para o sistema educacional brasileiro, tanto em instituições particulares quanto as públicas, são favoráveis às idéias aqui apresentadas e discutidas. Pode-se encontrar nos PCNs a seguinte passagem: “O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.”³⁵

Refletindo com profundidade sobre a citação acima, percebe-se que o Ministério da Educação Brasileiro está empenhado em disseminar o preconceito lingüístico, reconhecendo sua existência e sua problemática. Com suas próprias palavras, e reconhecendo os grandes avanços em relação às ciências da linguagem e suas descobertas, os PCNs afirmam que, “para se ensinar Língua Portuguesa” – entendendo e estabelecendo, portanto um distanciamento entre a língua brasileira falada, que o aluno já sabe e domina, e aquela que ele aprenderá na escola – é preciso *livrar-se* dos mitos que acarretam o preconceito lingüístico. Esses mitos e todas as suas conseqüências, serão abordados no próximo item.

Os PCNs ainda concordam no que diz respeito aos efeitos negativos que os mitos podem causar na sociedade, e dizem que a crença neles por parte do educador “denota desconhecimento

³⁵Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa, 5ª a 8ª séries, p.14

de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico”. O reconhecimento por parte do órgão máximo de Educação em nosso país foi um grande avanço que se deu em termos de *desmascaramento da ideologia normativa-prescritiva* em nossa sociedade.

3. O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA SOCIEDADE

A idéia de um preconceito lingüístico não tem suas bases na própria língua, mas na ideologia do poder, ou seja, na própria sociedade. A própria sociedade fabrica uma idéia sobrenatural de uma *língua pura e exemplar*, tal como já acontecia há milhares de anos, quando se estabeleciam regras para o latim, seccionando-o em “Clássico” (Sermo Urbanus) e “Vulgar” (Sermo Vulgaris); um só para a escrita e o outro, só falado pelo povo. Como se vê, desde aqueles tempos, já se atribuía à escrita uma noção de poder, onde só os *letrados* em Latim Clássico tinham acesso à cultura, à literatura, à ciência. Quem detinha esse *Latim Clássico* detinha poder e status.

O *Latim Clássico*, porém, acabou fossilizado em editos, escritos e obras literárias. E o *Latim Vulgar*, sendo usado até mesmo na literatura, se transformou através dos tempos na grande Língua Portuguesa.

De uma forma geral, pode-se observar que hoje não acontece diferente: existe o *Português Clássico*, usado (na maioria das vezes na sua forma escrita) por aqueles que possuem o poder, que escrevem leis e ditam as regras e o *Português Vulgar*, usado pela maioria esmagadora da população.

Assim como há tempos existiu o preconceito contra as formas inovadoras que apareciam a todo instante no *Latim Vulgar*, hoje também nos deparamos com o mesmo problema disseminado em nossa sociedade. Esse preconceito está presente em todas as classes sociais, em todos os recantos do convívio social. Está presente, por exemplo, quando o sudestino ri do nordestino que palatiza o [t] em oito ([ôicho]) ou muito ([mutcho]). Porém ninguém ri quando o sudestino palatiza o [t] em titia ([tchitchia]) ou avante ([avantchi]). Ora, se o fenômeno é o mesmo, porque

rir? Talvez porque o nordestino, diferente do sudestino, não tem o acesso à escola, e quando o tem, este se constitui em formas precárias e mal-estruturadas, cujos professores mal-preparados que se esforçam para ensinar o que aprenderam? Talvez porque geralmente está socialmente numa classe inferior, economicamente desprestigiada?

4. O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA ESCOLA

A escola é, talvez, o lugar onde o preconceito lingüístico circula com mais facilidade, talvez o lugar onde ele nasce e se desenvolve. Dada à nossa tradição escolar de associar a Língua Portuguesa à Gramática Normativa, e condenar tudo o que está fora deste padrão de língua que nos é estranho, inclusive o que falamos, nos tornamos escravos de nossa própria ignorância.

“Nossa escola tem-se mostrado incompetente para a educação das camadas populares, e essa incompetência, gerando o fracasso escolar, tem tido o grave efeito não só de acentuar as desigualdades sociais, mas, sobretudo, de legitimá-las.”³⁶

É certo que a nova política educacional brasileira tem procurado amenizar esse *fracasso escolar*, com a *Educação Continuada*, que incentiva o aluno, procurando identificar suas dificuldades durante o decorrer do ano letivo, evitando assim a sua repetência. Mesmo com essa postura política e com os PCNs, que procuram orientar as ações pedagógicas tendo em vista a realidade sócio-econômica e cultural do educando, “grande parte da responsabilidade por essa incompetência [da escola] deve ser atribuída a problemas de linguagem: o conflito entre a linguagem de uma escola fundamentalmente a serviço das classes privilegiadas, cujos padrões lingüísticos usa e quer ver usados, e a linguagem das camadas populares, que essa escola censura e estigmatiza..”³⁷

Os PCNs, como já vimos em momento anterior, orientam os professores a propósito da valorização da cultura lingüística do aluno, procurando usar sua variedade lingüística como ponto de partida para o processo de ensino da língua dita *padrão*.

³⁶ Magda SOARES, *Linguagem e escola: uma perspectiva social*, p.06

³⁷ *Ibidem*, p.06

Todo esse esforço pelo reconhecimento do valor das *variedades não padrão*, se dá pela indignação de muitos lingüistas e professores que vêm nas práticas escolares tradicionais, a força da incompreensão e do autoritarismo banal: “O currículo tradicional que se põe em execução com vistas à educação lingüística se mostra, em geral, na prática, *antieconômico, banal, inatural* e, por isso mesmo, *improdutivo*. Antieconômico por ensinar aos alunos fatos da língua que eles, ao chegarem à escola, já dominam, (...) banal, porque o tipo de informações que são subministradas aos alunos nada ou pouco adiantam à capacidade operativa do falante (...), e, como a língua não é um rol de nomenclatura, a banalidade do aprendizado atinge as proporções de um novo suplício de Tântalo; inatural, porque muitas vezes segue o caminho estruturalmente inverso à direção do desenvolvimento lingüístico dos alunos...”³⁸

Sendo assim, preconceito lingüístico na escola ocorre principalmente na relação professor versus aluno, e em decorrência disso, na relação aluno x aluno. Quando o professor oprime o aluno com correções lingüísticas, principalmente na modalidade oral da língua, ele está declarando a incompetência lingüística daquele aluno, que ele fala errado e deve falar certo.

Outro fator importante é a questão da relação aluno versus aluno. Quando o aluno, acostumado ao ambiente familiar, à variante falada pela sua comunidade, ouve uma modalidade de fala diferente da sua, tende a achar no mínimo curioso e engraçado. Se o professor souber aproveitar essa curiosidade natural e levar os alunos a discutir as diferenças regionais e o próprio preconceito lingüístico, estará dando espaço à ciência e à reflexão. Caso contrário, acontece o que comumente se vê nas salas de aula: um aluno proveniente de uma comunidade lingüística diferente vira motivo de chacota, risos e escárnios por parte dos alunos e muitas vezes, infelizmente, por parte dos próprios professores.

Desta forma, o professor e a escola, e mesmo o sistema, presos a essas tradições banais e improdutivas, desestimulam o aluno, quando o deviam estimular, depreciam sua cultura, sua língua, sua fonética, quando deviam respeitá-las, tê-las como princípio para a atividade da educação lingüística. E isso gera o preconceito lingüístico. Este, saindo dos domínios da escola, toma uma amplitude tal, que atinge toda a estrutura social.

³⁸ Evanildo BECHARA, *Ensino da gramática. opressão? liberdade?* p.23

5. O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NA FAMÍLIA

Em todos os âmbitos da atividade humana, podemos notar, em maior ou em menor escala, que o preconceito lingüístico, entre outras modalidades, mostra sua face opressora. Bagno afirma: “Como já disse, existe preconceito em todas as relações sociais. No caso da família, é preciso analisar casos específicos. Existem pessoas de origem humilde que, tendo recebido uma educação formal, têm vergonha do modo "errado" de falar de seus pais e demais familiares, que não tiveram acesso à norma-padrão veiculada pela escola.”³⁹

Esse preconceito lingüístico familiar também é insuflado pela ideologia capitalista, cuja classe dominante quer ver sua variedade lingüística ser usada como modelo e não aceita, como já vimos, variedades diferentes da sua.

O grande problema deste tipo de preconceito ocorre quando o indivíduo que fala mais aproximadamente ao *padrão*, e, ora isola-se do convívio familiar, ora evita o contato da família com o seu círculo de amigos. Isso se dá, porque, segundo a ideologia vigente, aceitando a *variedade não padrão de sua família*, o indivíduo estará ligado impreterivelmente a uma classe social estigmatizada, que não possibilitará o deixar conquistar seu lugar na classe dominante.

6. O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO NO TRABALHO

Numa sociedade capitalista, onde o poder econômico está nas mãos de poucas pessoas que comandam, além de seus negócios, a língua padrão vigente, é comum encontrarmos o preconceito lingüístico nos mais diversos setores profissionais.

“O preconceito lingüístico (do mesmo modo como os demais preconceitos: sexuais, raciais, de origem geográfica etc.) se dá em todas as relações sociais. Nas relações de trabalho ele pode ocorrer de maneiras mais sutis (entre pessoas do mesmo status, por exemplo, sendo uma delas falante de variedades "caipira" ou "nordestina" e por isso sofrendo piadinhas dos colegas)

³⁹ Marcos BAGNO, em resposta a pergunta feita por e-mail pelo autor.

ou de modo realmente mais estigmatizante e excludente (impedir o acesso dos falantes de variedades não-padrão a postos e cargos melhores na empresa porque "falam tudo errado").”⁴⁰

Em edição recente da revista *TUDO*, lê-se o depoimento de um importante administrador de uma grande empresa de informática:

“Há menos de um mês demiti um funcionário porque, dentre outros problemas, ele tinha dificuldade com a língua portuguesa. Escrevia coisas erradas, não acertava o foco do texto, ou até mesmo o tom (...) Observo cada vez mais a necessidade de conhecer a língua e exijo isso antes de dar emprego. Não adianta fazer cursinho de dois meses para sanar a deficiência do português. O ensino vem de base. E quem não teve boa formação e não dá importância a isso (...) precisa se dedicar muito para ganhar familiaridade com a língua...”⁴¹

Não há como discordar do administrador no que se refere às competências lingüísticas que um funcionário de uma grande empresa deve ter. Saber expressar suas idéias, ter clareza e objetividade, e colocar seus documentos em língua padrão (ainda que não eficiente) é necessário a qualquer profissional que se aventure nestas áreas. Deixa-se claro aqui que não se prega aqui a descaracterização de uma linguagem profissional, baseada na norma padrão, e sua substituição por uma variedade não-padrão. Isso seria a mesma coisa que retirar uma árvore de seu lugar e plantar outra só porque pertence a uma espécie diferente.

Não basta apenas mudar a roupagem da linguagem profissional, e isso aqui não se discute. O que se discute aqui, fique bem claro, é o preconceito que se estabelece contra os funcionários/profissionais falantes cultos ou não, e sua variedade, ou seja, seus modos de expressão, seu *sotaque*. Em muitas empresas, há o sarro, o escárnio quando se fala uma variedade diferente do padrão lingüístico da comunidade onde a mesma está inserida.

Por outro lado, novamente voltando à fala do empresário, ele diz “que não adianta fazer cursinhos de dois meses para sanar as dificuldades com o português, que o ensino vem de base e que o indivíduo deve se dedicar muito para ganhar familiaridade com a língua...”

Ora se o ensino vem de base, quem é o culpado por essa “exclusão profissional” que se estabelece através do preconceito lingüístico? O aluno, que, segundo o empresário, não tem

⁴⁰ Idem

⁴¹ *As Vantagens de saber português* in: Revista Semanal Informativa TUDO, p.37

familiaridade com a língua? Qual será a língua à qual se refere? Será que o funcionário não sabia sua própria língua? Ou não sabe a língua dita culta? Se o problema está na base, quem fornece a base?

Voltamos a concordar com ele: não adianta fazer “cursinhos” de dois meses para sanar as dificuldades com o idioma. Esse ensinamento, essas dificuldades deveriam ter sido sanadas já durante seu desenvolvimento escolar, na *base*.

Mas essa base, infelizmente, não tem preparado seus indivíduos para alcançarem as competências lingüísticas necessárias para seu desenvolvimento profissional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua é indiscutivelmente a maior riqueza que uma sociedade pode ter. Ela é portadora de culturas, meio de expansão de conhecimentos, transporte do saber de geração para geração.

Conhecer a língua em profundidade, não apenas apegando-se a fatores condicionantes e padronizados, preconizados em compêndios imutáveis, mas sim se agarrando à estrutura viva da língua, à sua eterna variação, transformação, torna-se uma obrigação que seus falantes tomam por prazer.

Por fim, convém ressaltar alguns pontos que devem ser tomados como elementos de reflexão para uma sociedade justa e sem preconceitos:

- a) Todo o falante de uma língua materna SABE sua língua, reconhece estruturas aceitáveis (gramaticais) e não aceitáveis (agramaticais) dentro do padrão de SUA língua, que ele DOMINA muito bem.
- b) Entender que o erro de Português é na realidade uma variação de um forma dita padrão, não podendo ser motivo de discriminação.
- c) Ampliar o conceito de Gramática, de “conjunto de regras para o bem-falar” para “conjunto de regras falado”.
- d) Reconhecer e aceitar a variabilidade da língua como fato inerente a um instrumento de uso social. Se a sociedade muda, a língua segue a mudança.

- e) Respeitar os usos lingüísticos de todos os falantes, não levando em consideração fatores subjetivos e avaliativos, mas fatores científicos.
- f) Promover a liberdade de expressão lingüística, como meio de expressão de uma identidade pessoal dentro de um contexto social.

Através destas mudanças, certamente a ideologia presente em nossa sociedade também será transformada, tornando-se menos opressora, dando oportunidade aos falantes de nossa pátria de ser reconhecido como “cidadão-lingüístico”, ou seja, membro de uma comunidade lingüística respeitada e considerada como tal.

BIBLIOGRAFIA

BAGNO, Marcos. *A Pesquisa na Escola: o que é, como se faz*. 4 ed., São Paulo: Loyola, 1988

_____ *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2000

_____ *A Língua de Eulália. Novela Sociolingüística*. 5 ed., revista e aumentada, São Paulo: Contexto, 2000.

_____ *Dramática da Língua Portuguesa*. 1 ed., São Paulo: Loyola, 2000.

_____ *A Pesquisa na Escola*. 4 ed., São Paulo: Loyola, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 14 ed, Petrópolis:Vozes, 1984.

CASTILHO, Ataliba T. de, *A língua Falada no Ensino de Português*. São Paulo: Contexto, 1998

COUTINHO, Ismael de Lima, *Gramática Histórica*, 5 ed, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é Ideologia*. 38 ed, São Paulo: Brasiliense, 2000

CIPRO Neto, P & INFANTE, U. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997

- CUNHA, Celso. *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. 1ed, Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1968
- _____, *Uma Política do Idioma*, 5ed, Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1984
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*, 7ed, São Paulo:Ática, 2001
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, Escrita e Poder*, 3ed, São Paulo: Martins Fontes, 1991
- KLINEBERG, Otto - " Projuicio" in Silis, David L. (Diretor) - Enciclopédia Internacional de las Ciências Sociales, Vol. 8, Aguilar Ediciones, Madrid, 1976, pp. 422-429
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. London:Pennsylvania Press, 1967
- _____ *Language in the Inner City*. London:Pennsylvania Press, 1969.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1975
- LYONS, John. *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press [1ª edição Inglesa: 1968], 1995.
- PRETTI, Dino (org.). *O discurso Oral Culto*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1997.
- _____ *Sociolingüística: Os níveis de fala*. Um estudo Sociolingüístico do Diálogo Literário. São Paulo:Companhia Editora Nacional, 1975.
- _____ *Análise de textos Oraís*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1997
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 7ed, Campinas:Mercado de Letras:Associação de Leitura do Brasil, 2001.
- MOURA NEVES, Maria Helena de, *A gramática: história, teoria, análise e ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.
- _____ *Gramática Funcional*. São Paulo:UNESP, 2000
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria do Ensino Fundamental — SEF PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, Língua Portuguesa.
- SOUZA E SILVA, M.Cecília P.de, e KOCH, Ingedore Villaça, *Lingüística Aplicada do Português: Morfologia*, São Paulo:Cortez, 2000

SOUZA E SILVA, M.Cecília P.de, e KOCH, Ingedore Villaça, *Linguística Aplicada do Português: Sintaxe*, São Paulo:Cortez, 2000

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é Linguística*.São Paulo: Brasiliense, 1999

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do Português*, 2ed, São Paulo:Ática, 1996

_____. *Para uma nova Gramática do Português*.10 ed, São Paulo:Ática, 2000

ROBERTS, I. & KATO, M. (Org). *Português Brasileiro. Uma viagem diacrônica*, 2ed, Campinas: Unicamp, 1996

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolingüística*.São Paulo:Ática, 1985

_____. (org.).*Fotografia Sociolingüísticas*. Campinas, Pontes/UNICAMP, 1989

_____. *Tempos Lingüísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*.SP:Cortês, 1996

Outras Fontes:

Revistas:

Revista Semanal Informativa TUDO, ed.60, de 22 de março de 2002

Internet:

Ideologia.<http://www.artdesign.hpg.ig.com.br/paginas/filosofia/ideo02.htm>

BAGNO, Marcos.*Erro De Português Não Existe, Só Existe Preconceito*

Lingüístico.http://www.marcosbagno.com.br/conteudo/producao_do_autor/artigos_confer%EAncias/mitos&preconceitos.htm

IDEM.*Comandos paragramaticais: o purismo lingüístico nos meios de*

comunicação.http://www.marcosbagno.com.br/conteudo/producao_do_autor/artigos_confer%EAncias/uerj-palestra-2000.htm

